

# AS OLIGARQUIAS DA ÁGUA E A MERCANTILIZAÇÃO DA ÁGUA DOCE - UM PROCESSO DE CONQUISTA DO CAPITAL

<sup>1</sup>Miriam RODRIGUES FERREIRA

<sup>2</sup>Manoel REBÊLO JÚNIOR

---

**Resumo:** Atualmente a discussão sobre a crise de escassez de água doce tem exaltado a importância de reservas como o Aquífero Guarani. O discurso ambiental surgiu como resposta ao questionamento dos países ditos subdesenvolvidos, na época, à ordem econômica vigente na década de setenta. Da mesma forma, ocorre com o discurso de escassez de água doce: ele surgiu como justificativa para mercantilização da água. As idéias privatistas atendem aos interesses do capital, que nesta circunstância, aparecem sob a roupagem de grandes corporações e vêm na água fonte de lucros e de enriquecimento privado, seja pela água engarrafada ou serviços de água. Os Senhores da Água, grandes corporações e multinacionais, que atuam neste setor, estão aglutinados em organizações como o Conselho Mundial da Água e defendem-na como mercadoria. Os mesmos grupos que iniciaram a discussão ambiental na década de setenta na busca de uma Nova Ordem Mundial são os que têm dado relevância e sustentação ao discurso da crise de escassez de água doce, idéia que se desenvolveu durante as últimas décadas.

**Palavras-chave:** Senhores da Água. Escassez de água doce. Multinacional. Nova Ordem Mundial. Ideologia.

---

A partir do entendimento da forma como foi concebido o ambientalismo no mundo, verifica-se que, no discurso que se propaga em relação à água doce, não é diferente.

Parte-se do pressuposto de que o processo de mentalidade de escassez de água doce é entendido, neste trabalho, como um processo ideológico. Nas palavras da filósofa Marilena Chaui, tem-se um “corpo de representações” e “normas” construídas para representar a si mesmas e à vida coletiva de que os sujeitos sociais e políticos se utilizam. E todo esse processo é ideológico, é a própria ideologia a qual é usada para explicar tudo a partir de idéias. É o “campo do imaginário” não baseado em irrealidade ou fantasia, mas conforme Chaui “(...) no sentido de conjunto coerente e sistemático de imagens ou representações tidas como capazes de explicar e justificar a realidade concreta”. E o “aparecer social” é tomado como “ser do social”. O aparecer,

---

<sup>1</sup>Autora: Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Cep. 79200-000, Aquidauana (MS); este artigo é parte do capítulo 3 da dissertação “*O Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani e o uso do aquífero, segundo o interesse mundial pela água doce*”. e-mail: rodriguesfer@yahoo.com.br

<sup>2</sup>Orientador: Doutor em Geografia Humana pela USP.

porém, não é aparência no sentido de falso, mas sim como coloca Chaui “(...) processo oculto, que produz e conserva a sociedade, se manifesta para os homens”.<sup>3</sup>

Ao longo da década de noventa, criou-se um conjunto de representações (idéias) para justificar a ideologia de iminente crise de escassez em relação à água doce, que da forma como foi desenvolvida, aparece como um conjunto de idéias coerentes, não através do falseamento, mas do ocultamento das reais intenções.

Petrella, apesar de não questionar o discurso da água em si (se ele realmente procede ou não), aborda outros aspectos quanto às proporções que ele tomou quanto ao uso dessas idéias que ora são usadas como fator de conflitos, ora como justificativa de tendências privatistas das multinacionais organizadas em instituições que buscam defender seus próprios interesses. Tais idéias são levantadas primeiramente em grupos dominantes de países desenvolvidos, os mesmos grupos que trouxeram à tona as discussões da questão ambiental no mundo. Quanto à água, baseiam-se em pressupostos “aparentemente simples e verdadeiros” cuja relevância científica e até empírica são questionáveis.<sup>4</sup>

Petrella entende a questão da água como um processo de mercantilização. Em entrevista ao *Le Monde Diplomatique* coloca que: “a água é e será cada vez mais cara. De olho neste ‘ouro azul’ do século XXI, as multinacionais, os governos aliados a elas e o Banco Mundial já tramam a repartição das fontes e dos mercados”.<sup>5</sup>

Será que houve ao longo da década de noventa, um despertar para a questão da água doce ou remanejamento de forças pra se apropriar de fontes como foi feito com o petróleo?

Como bem coloca Petrella:

(...) a pressão para transformar a água em mercadoria e para privatizá-la não é um fenômeno isolado, é a última expressão de uma tendência geral que durante pelo menos trinta anos tem afetado todos os outros campos da vida econômica nas sociedades desenvolvidas, partindo mais particularmente dos EUA.<sup>6</sup>

Ele faz referência às privatizações que atingiram quase todos os setores do setor público: serviços de correio, telecomunicações, gás e eletricidade, transporte urbano, ferrovias, companhias aéreas, saúde, educação e treinamento, segurança social, ou até escritórios nacionais

---

<sup>3</sup> CHAUI, M. *Cultura. e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1989. p. 19.

<sup>4</sup> PETRELLA, R. *O Manifesto da água*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 77.

<sup>5</sup> PETRELLA, R. *A nova conquista da água*. Entrevista ao jornal francês *Le Monde Diplomatique*; Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2000-02.a1672>>. Acesso em: 26 dez. 2007.

<sup>6</sup> PETRELLA, R. *O Manifesto da Água*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 46.

de estatística, tudo foi privatizado totalmente ou em parte, variando de país para país. Mas são tendências gestadas desde a década de setenta, que vieram dos países considerados desenvolvidos como os EUA; tendências que fazem parte de um arranjo maior que aparece sob a forma de “(...) transformações ideológica, política, econômica, social e cultural de sistemas normativos, e uma reviravolta na relação de forças entre grupos constituídos.”<sup>7</sup>

E tais transformações foram tamanhas que o capital financeiro, além do industrial, teve crescente influência em decisões importantes e assumiu posições reguladoras até então executadas pelo Estado. E a água é transformada num destes aspectos, ao colocá-la sob a forma de mercadoria, como única força para combater a suposta idéia de escassez. Assim a “(...) privatização, desregulamentação e a liberalização (...) foram a saída para que corporações privadas e o mercado financeiro fossem os reguladores, papel pertencente ao Estado.”<sup>8</sup>

Petrella acrescenta por que não aconteceu antes de se implantarem idéias privatistas em relação à água: “as razões pelas quais a água levou mais tempo que os outros bens e serviços, para seguir essa tendência tem a ver com a irracionalidade e falta de justificativas para a sua transformação em mercadoria e privatização”.<sup>9</sup>

Verifica-se que o discurso de escassez da água foi uma das pressões para que as tendências que se seguiram atingissem todos os países.

## **Organismos multilaterais**

O fim da década de sessenta foi marcado pelo início da crise do sistema capitalista (segundo a queda tendencial da taxa de lucro) nos países ditos desenvolvidos na época, período marcado também por alguns fatos como a crise do petróleo, crise dos EUA em função da desvalorização do dólar, os questionamentos do Terceiro Mundo e, com isso, sua organização frente à ordem econômica vigente. Enfim esses vários aspectos da crise do sistema capitalista fizeram com que os capitalistas reagissem para que uma Nova Ordem Mundial se configurasse. E

---

<sup>7</sup> Ibid.; p.90.

<sup>8</sup> Ibid.; p.91.

<sup>9</sup> Ibid.; p.91.

o ambientalismo, através do desenvolvimento sustentável, foi a saída. Organizações misteriosas surgiram para discutir os problemas da humanidade.<sup>10</sup>

Outra forma de pressão, para que essas tendências atingissem em especial os países em desenvolvimento, foi o Consenso de Washington<sup>11</sup>. A idéia de crise, como tudo no capitalismo, foi construída, e o ambiente deste evento “mostrou” o caminho para combater esta crise: mercantilização da água e ação mínima do Estado no que se refere aos serviços básicos. São os princípios que norteiam este tipo de discussão, o que se chama de “globalização financeira”.<sup>12</sup>

O que deu suporte ao Consenso de Washington foram as “Reformas Estruturais” as quais tiveram como grande divulgador o Banco Mundial, que desde 1985 vem buscando estruturar uma “sólida doutrina neoliberal”.<sup>13</sup>

Esse pano de fundo neoliberal, muito defendido a partir do governo Reagan nos EUA (em que se prega a atuação mínima do Estado), que àquela altura já havia sido bem difundido, foi denominado Consenso de Washington porque não foram discutidas idéias novas, mas sim a efetivação do grau de aprovação daquilo que já era defendido pelas agências internacionais no que se refere às reformas que os países latino-americanos deveriam fazer (considerando que já havia alguns países que haviam iniciado suas reformas baseadas na política neoliberal), entendidas como condição para ser concedida cooperação financeira externa. Como tais países da América Latina estavam mergulhados em dívidas, eram exigências para que mudassem radicalmente suas políticas econômicas e sociais dentro de um modelo de mercado preconizado pelo consenso.<sup>14</sup>

---

<sup>10</sup> HERRERA, R. Existe um ‘pensamento único’ em economia política. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001. p. 13.

<sup>11</sup> Em novembro de 1989, na capital dos EUA, foi realizado encontro que reuniu economistas latino-americanos, funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais (FMI, Banco Mundial e BID) especializados em assuntos latino-americanos, que ficou conhecido por “Consenso de Washington”. Encontro este convocado pelo “Institute for International Economics”, com o título de “Latin American Adjustment: How Much Has Happened” a fim de avaliar as reformas econômicas empreendidas nos países da América Latina. BATISTA, P. N. *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 99.

<sup>12</sup> BARLOW, M. ; CLARD, T. *Ouro azul*. São Paulo: M. Books, 2003. p.100.

<sup>13</sup> TAVARES, M. C. *O Dissenso de Washington*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 68.

<sup>14</sup> *A avaliação objeto do Consenso abrangeu 10 áreas: disciplina fiscal; priorização dos gastos públicos; reforma tributária; liberalização financeira; regime cambial; liberalização comercial; investimento direto estrangeiro; privatização; desregulação e propriedade intelectual*. Estas propostas convergiam para dois objetivos: drástica redução do Estado e com isso corrosão do conceito Nação e, o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco. *Tudo em nome de um grande princípio: o da soberania absoluta do mercado auto-regulável nas relações econômicas tanto internas quanto externas*. BATISTA, P. N. *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 100-101; 118 - 119.

Esta idéia, ou “doutrina de liberalização econômica”, baseia-se nos princípios pregados pela Comissão Trilateral a qual propôs os Programas de Ajuste Estrutural aos países endividados, a serem executados por organizações internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional que, juntamente com a Organização Mundial do Comércio funcionam como se fossem autoridades acima dos Estados. Sob a forma de pressão, os programas vão ao encontro das intenções dos “trilateralistas”, arquitetos da Nova Ordem Mundial, de estruturar a economia global em mercados livres e um mundo sem fronteiras nacionais; sob a forma de questões ambientais, fazem com que a atuação destes programas seja necessária aos países de economias em desenvolvimento. Portanto, mais um argumento de que a questão da água doce, enquanto discurso ideológico propagando-a como escassa, sob a ótica da liberalização econômica e das idéias privatistas, viabiliza ambiente ideal para a atuação das multinacionais. <sup>15</sup>

Curiosamente, nesse período, surgem organizações internacionais em busca de cooperação de algumas corporações, através de estratégias internacionais acionadas conforme os seus interesses. Foi o caso da Comissão Trilateral, organização criada em julho de 1973, por David Rockefeller, que teve como composição a elite política e econômica dos EUA, Japão e Europa Ocidental, e estreita relação com o poder das multinacionais, das finanças e da política. Alguns dos que compõem essa comissão são: David Rockefeller, Jimmy Carter, Zbigniew Brzezinski, Maurice Strong (Petróleo - Canadá), Chujiro Fujino (Mitsubishi), Elji Toyoda (Toyota), dentre outros mais. Ela surgiu num período conturbado, quando a economia mundial parecia fugir do controle das elites dos países ricos. Esta organização, que costuma se encontrar, geralmente a portas fechadas, com especialistas da política internacional, ou seja, políticos, diretores de multinacionais, banqueiros e até professores universitários, tem como alvo “(...) desenvolver propostas práticas para uma ação conjunta (...) que beneficiem ou atendam aos interesses dos EUA, Europa Ocidental (Alemanha) e o Japão.”<sup>16</sup>

A ideologia pregada pelos trilateralistas está voltada em salvar “(...) a crise do capitalismo frente à ameaça dos recentes embates do Terceiro mundo. Dentro deste contexto, propõem uma ordem econômica mais justa sem sair das estruturas existentes.” <sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> BARLOW, M. e CLARD, T. *Ouro azul*. São Paulo: M. Books, 2003. p. 99.

<sup>16</sup> ASSMANN, H. O caso Carter: um fenômeno planejado. In: MICHEO, A. *A Trilateral: nova fase do capitalismo mundial*. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 19.

<sup>17</sup> *Ibid.*; p. 20.

Apesar das reuniões terem cunho secreto, são publicados documentos, para o público, que refletem as idéias da organização quanto aos problemas globais (idéia de ser além das fronteiras nacionais). Alguns desses problemas são:

(...) reforma das instituições nacionais, globalização de mercados, meio ambiente, finanças internacionais, liberalização da economia, regionalização das operações comerciais e endividamento países pobres. Um dos relatórios conhecidos da Comissão Trilateral é o “Além da Interdependência: a mescla da economia mundial e a ecologia terrestre”.<sup>18</sup>

Não tão jovem quanto a Comissão Trilateral, havia o Conselho de Relações Exteriores dos EUA, organização responsável por planejar a ordem econômica vigente desde a II Guerra Mundial. Esse Conselho, criado após a Primeira Guerra Mundial, tinha um contexto mundial diferenciado ao da Comissão Trilateral: o fim do império inglês e a ascensão imperialista dos EUA, sendo que boa parte dos que passaram a compor a Comissão Trilateral vieram do Conselho de Relações Exteriores.

Mas com a crise do sistema capitalista, na década de setenta, procurou-se encontrar solução para substituir a velha ordem. Assim, o Conselho de Relações Exteriores foi responsável pelo “Projeto do Conselho para a Década de 80”, traçado em três etapas: esboço “das características de um meio ambiente desejável”; análise dos obstáculos e relação entre o desejável e o realizável; montagem e desenvolvimento de estratégias e obtenção de um consenso com respeito à nova ordem. O projeto foi executado junto com a Comissão Trilateral.<sup>19</sup>

O Clube de Bildeberg também tem relação com os anteriores e surgiu do Conselho de Relações Exteriores, em 1954, diante de um contexto de uma crescente transnacionalização das grandes corporações. Conhecido por ser mais secreto, não publica boletins, sua formação abrange mais a elite européia e partiu da iniciativa do príncipe da Holanda na época. É composto por líderes da Europa Ocidental e da América do Norte e é dirigido por David Rockefeller e o príncipe Bernardo da Holanda.<sup>20</sup>

---

<sup>18</sup> BOIRAL, O. *O clube dos ricos*. Disponível em: < <http://diplo.uol.com.br/2003-11,a781>>. Acesso em: 13 nov. 2007.

<sup>19</sup> ASSMANN, H. Rumo à década de 80. In: SHOUP, L. H.; MINTER, W. *A Trilateral: nova fase do capitalismo mundial*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 45.

<sup>20</sup> ASSMANN, H. Como se interpenetram o Conselho de Relações Exteriores, o Circulo Bildeberg e a Comissão Trilateral. In: \_\_\_\_\_. *A Trilateral: nova fase do capitalismo mundial*. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 32.

O Clube de Roma, criado em 1968, resultou das deliberações das conferências da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com a participação da família Rockefeller, e desde então tem atuado em difundir a ideologia de “crescimento zero”, culminando em 1972, na publicação do relatório “Limites do Crescimento”, onde foi passada a mensagem de impossibilidade de um crescimento econômico permanente devido à “escassez de recursos”.<sup>21</sup>

Em 1996, a Organização dos Estados Americanos (OEA), em documento em que atua como facilitadora para o desenvolvimento sustentável nas Américas, declarou que seria importante intensificar no período (...) *las acciones para llevar a cabo los principios de la gestión integrada de los recursos hídricos (...)*, formando uma “Rede de Recursos Hídricos nas Américas” com o princípio de, <sup>22</sup> “... establecer mecanismos para gestionar los problemas de recursos hídricos transfronterizos .... e mejorar la gestión Integrada de la Demanda del Agua através de los Mecanismos Económicos y de Regulación”.<sup>23</sup>

Enfim, tais organizações, juntamente com o Clube de Bildeberg e outras que aqui não foram citadas, fazem parte de uma “rede universal” em busca de estratégias globais e atuam de forma particular, longe dos olhos da mídia. Os membros do Bildeberg são conhecidos pelo tamanho poder que possuem para tomar, por exemplo, decisões sobre guerras (quando começam ou terminam), pois representam a elite de todas as nações; inclusive todos os presidentes americanos pertenceram ao clube. Além dessa lista, também fazem parte do Bildaberg representantes do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC), multinacionais de telecomunicações, energia e outras.<sup>24</sup>

Estas organizações, assim como o Conselho Mundial da Água (CMA) e a Global Water Partnership - Rede de Parceiros da Água (GWP) têm em comum, na sua composição, estar em estreita relação não só com organizações oficiais, ex-estadistas, mas principalmente com grandes corporações empresariais conhecidas como “Senhores da Água”.

Um traço em comum com as referidas organizações é que elas se interpenetram de atuação ligada com a outra porque é um aspecto “(...) que as forças do imperialismo exigem diversas

---

<sup>21</sup> EIR. *A Máfia Verde: O ambientalismo a serviço do governo mundial*. Rio de Janeiro: EIR, 2001. p. 49.

<sup>22</sup> OEA. Segundo Diálogo Interamericano sobre Gestión del Agua. *Declaración de Buenos Aires y Recomendaciones*; p. 3.

<sup>23</sup> *Ibid.*; p. 2

<sup>24</sup> Este jornalista denuncia como funciona esta rede universal destacando o Clube de Bildeberg, o principal destes que tem atuado no cenário internacional e mostra com detalhes a continuação da lista de participantes do clube. ESTULIN, D. *A verdadeira história do clube de Bildeberg*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2006. p. 29.

frentes, cada qual com sua ênfase e sua flexibilidade”. Onde e quando convier, esses clubes atuam. E isso é importante para o capitalismo quanto às (...) “ diretrizes que se interpenetram para as corporações transnacionais”. É da mesma forma que ocorre com as organizações que agem em torno da água. <sup>25</sup>

Ao longo dos anos noventa, como se observou, foi formada uma rede de agências internacionais de água: a Parceria Mundial da Água criada em 1996; o CMA também em 1996 e a Comissão Mundial da Água para o século XX, em 1998. Elas têm uma aparência imparcial e neutra, mas existem para facilitar o diálogo entre os vários agentes ligados à questão da água doce.

A Parceira Global da Água (GWP) foi estabelecida para (...) *ajudar países no gerenciamento sustentável de seus recursos hídricos*. Para isso, tem como princípio que a água é um bem econômico. O antigo vice-presidente do Banco Mundial, Ishmail Serageldin, é o diretor do comitê responsável pela GWP, que recebe apoio de alguns países e agências financeiras internacionais como o Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU) e a Fundação Ford. <sup>26</sup>

O CMA é um órgão de atuação mais política porque tem como principal tarefa (...) *dar conselhos aos tomadores de decisões e ajudar em questões globais da água*. Estão envolvidos no Conselho 175 grupos-membros compostos por corporações de água, organizações da Organização das Nações Unidas (ONU), ministérios governamentais de água e instituições financeiras. <sup>27</sup>

Para este conselho a água está escassa e (...) *a crise da água é uma crise de administração*. A “Visão de Água Mundial” é o produto da análise mais inclusiva dos recursos de água do mundo empreendido e baseado em contribuições de milhares de peritos envolvidos em âmbito regional e nacional, além de consultas do setor. <sup>28</sup>

A Comissão Mundial sobre a Água para o século XX, dirigida também pelo antigo vice-presidente do Banco Mundial, Ishmail Serageldin, é composta por 21 personalidades eminentes do mundo inteiro, pelos Países Baixos e por algumas agências da ONU relacionadas à água. <sup>29</sup>

---

<sup>25</sup> ASSMANN, H. *Como se interpenetram o Conselho de Relações Exteriores, o Circulo Bildeberg e a Comissão Trilateral*. . In: \_\_\_\_\_. *A Trilateral: nova fase do capitalismo mundial*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 36.

<sup>26</sup> BARLOW, M.; CLARD, T. *Ouro azul*. São Paulo: M. Books, 2003. p.188.

<sup>27</sup> Ibid.; p.189.

<sup>28</sup> CMA. *Visão Mundial da Água*. Disponível em: < <http://www.worldwatercouncil.org>>. Acesso em: 25 jan. 2008.

<sup>29</sup> BARLOW, M. ; CLARD, T. *Ouro azul*. São Paulo: M. Books, 2003. p. 189.



Fazem parte das agências GWP, CMA e a Comissão Mundial da Água, corporações que ocupam representações destacáveis. Em 1999 o vice-presidente do Conselho Mundial da Água e membro influente do conselho do GWP foi ex-diretor da Suez, René Coulomb; Ivan Chéret, integrante do conselho da diretoria da Suez, serviu ao Conselho Técnico da GWP; Jérôme Monod, diretor do Conselho Supervisor da Suez foi membro da Comissão Mundial da Água; Margaret Catley - Carlson, ex-presidente da Agência de Desenvolvimento Internacional Canadense (CIDA) e atualmente Diretora do Conselho de Recursos de Água, patrocinado pela Suez, ela também faz parte da Comissão Mundial da Água. Portanto, essas agências também se interpenetram e são compostas por capitalistas que mais se interessam pela questão da água enquanto bem econômico. São “oligarquias da água” em busca dos próprios interesses para se manterem no poder. <sup>30</sup>

### **Imperialismo e os “Senhores da Água”**

O conhecido “Senhores da água”<sup>31</sup> é um termo usado para representar a atuação das corporações Suez e Vivend enquanto maiores companhias distribuidoras de água do mundo. O governo francês iniciou o modelo de privatização do fornecimento de água na metade do século XIX; com isso, tais corporações foram-se destacando e atualmente monopolizam 70% desse mercado no mundo. <sup>32</sup>

Tal é o avanço e organização das corporações, que: ora se aglutinam em organizações secretas como o Clube de Roma, Comissão Trilateral, Clube de Bildeberg, e outros; ora em organizações como a GWP, CMA e Comissão Mundial da Água ligadas a grandes grupos internacionais. <sup>33</sup>

---

<sup>30</sup> Ibid.; p.190.

<sup>31</sup> Segundo Petrella:

o Senhor da Água (...) obtém seu poder através da propriedade e do controle da água, ou através dos mecanismos de acesso, apropriação e uso em vigor, já que esses lhe permitem beneficiar-se ao máximo dos bens e serviços que a água gera ou faz ser possível gerar. Assim ele é capaz de ampliar sua capacidade de ação (em termos de conhecimento, informação, tecnologia, finanças, relações sociais e poder cultural) e de perpetuar seu controle. (2002), p. 60

<sup>32</sup> BARLOW, M. e CLARD, T. *Ouro azul*. São Paulo: M. Books, 2003. p.128.

<sup>33</sup> REBÊLO JÚNIOR, M. *Desenvolvimento sustentável do capital ou regressão do subdesenvolvimento*. 2001. 197 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. p. 94. (versão preliminar).

Na questão da água doce, as estratégias internacionais remetem ao conceito de imperialismo.

Na visão de Lênin imperialismo é a,

... fase monopolista do capitalismo; ele surgiu como desenvolvimento e seqüência direta das propriedades essenciais do capitalismo em geral. Simplesmente, o capitalismo só se transformou no imperialismo capitalista num dado momento, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando se formaram e se revelaram plenamente os traços de uma época de transição do capitalismo para um regime econômico e social superior. O que, sob o ponto de vista econômico, existe de essencial neste processo é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas.<sup>34</sup>

No desenvolvimento do conceito, Lênin aborda alguns aspectos do imperialismo como o capital financeiro o qual surge a partir da fusão do capital industrial e bancário e, a (...) *partilha territorial do globo entre as maiores potências capitalistas*. Este último aspecto é interessante porque aborda a posse de monopólios por territórios enquanto transição de uma política colonial, mas agora sob a forma de potências que avançam o seu campo de atuação. Tais idéias refletem a atuação das multinacionais enquanto forças que avançam em conquistar não só potenciais mercados (como é o caso de países em desenvolvimento), mas também fontes de matérias primas.<sup>35</sup>

Na visão de Magdoff sobre imperialismo, o aspecto inicialmente abordado por Lênin sobre a expansão e a atuação das organizações empresariais (monopólios) vai mais além do que uma relação desigual entre as nações:

Há um paralelo estreito entre, por um lado, a política externa agressiva dos EUA, visando controlar (direta ou indiretamente) a maior parte possível do globo e, por outro lado, uma intensa política expansionista internacional das empresas dos EUA.<sup>36</sup>

Como Cohen comenta que, na visão de Magdoff, as idéias sobre imperialismo são voltadas não só entre nações, e sim à expansão de empresas não só dos EUA, mas de outros países, tem-se que o atual estágio do capitalismo tem como característica a concorrência e a cooperação entre as

---

<sup>34</sup> LÊNIN, V. I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1987. p. 87.

<sup>35</sup> *Ibid.*; p. 87.

<sup>36</sup> MAGDOFF, H. *Apud*. COHEN, B. J. *A questão do imperialismo: a economia política da dominação e da dependência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p.113.

multinacionais e, os governos são usados para atender aos seus interesses por meio das influências de seus governos nacionais.<sup>37</sup>

Portanto, com base nisso, o imperialismo atua numa economia baseada em liberalismo econômico em que corporações atuam livremente e se apóiam em governos que atenderão seus interesses.

O conceito de multinacionais ou corporações multinacionais ou empresas multinacionais foi usado pela primeira vez em um trabalho do economista David Lilienthal, em 1960. Foi popularizada em 1963, pela Revista Business Week, a qual publicou na ocasião o primeiro de uma série de grandes relatórios sobre as “Corporações Multinacionais”.<sup>38</sup>

São empresas que, devido ao intenso processo de acumulação de capital, chegaram a obter resultados maiores do que o Produto Nacional Bruto (PNB) de muitos países desenvolvidos como foi o caso, em 1978, das quatro maiores multinacionais: General Motors, Exxon, Ford Motor e Royal Dutch-Shell, cujo faturamento na época foi superior a US\$ 40 bilhões cada uma, mais do que PNB de países altamente desenvolvidos como a Noruega, a Dinamarca e a Finlândia. Como diz Kucinski (...) *são empresas mais poderosas do que Estados (...)*, pois manipulam mais recursos do que uma nação. E a maioria dessas multinacionais, na década de setenta, eram norte-americanas, ou seja, das 650, 358 eram dos EUA, 74 japonesas e 45 alemãs.<sup>39</sup>

Tal foi à expansão delas que:

Sob a égide das multinacionais, o capitalismo assumiu abertamente seu caráter supranacional e criou uma ideologia nesse sentido, surgiram os mercados comuns, os embriões de governos supranacionais, fóruns como o Clube de Roma ou a Comissão Trilateral, em que presidentes de grandes corporações multinacionais de todos os continentes passaram a discutir estratégias comuns para o futuro.<sup>40</sup>

São empresas que atravessam fronteiras nacionais que procuram crescer e obter lucro onde quer que haja oportunidade. E Kucinski faz um comentário interessante de que, tal é a expansão dessas empresas que sua dinâmica no sistema capitalista “(...) que se proclama um sistema econômico ideal, capaz de um desenvolvimento sem guerras, decente, talvez eterno.” Por isso há quem acredite que as multinacionais são uma das maiores e duradouras criações do pós – guerra,

---

<sup>37</sup> COHEN, B. J. *A questão do imperialismo: a economia política da dominação e da dependência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p.113.

<sup>38</sup> KUCINSKI, B. *O que são multinacionais*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 8.

<sup>39</sup> Ibid.; p. 8 e 9.

<sup>40</sup> Ibid.; p. 10.

já que seus investimentos alcançaram os países periféricos, em busca de grandes mercados potenciais e reservas de matéria prima.<sup>41</sup>

Tal foi a expansão das multinacionais, que elas começaram a atuar além de suas fronteiras nacionais, intervindo em países ao ponto de financiar golpes contra os governos marxistas, como foi o caso Chile contra Salvador Allende no início da década de setenta, a fim de manter sua influência naquele país.<sup>42</sup>

As idéias explanadas por Magdoff mostram bem como funciona a motivação dessas “(...) organizações empresariais de tipo monopolista (...), pois elas são movidas por um (...) comportamento compulsivo por dominar (...) e, (...) este impulso faz parte do negócio. E essa (...) compulsão é maximizar o seu próprio poder de mercado, na tormentosa luta competitiva.” Ou seja, elas sobrevivem, não pelo lucro em si, que está embutido na lógica de enriquecimento privado, mas no poder de dominar e conquistar.<sup>43</sup>

No entanto, se voltarmos a como se deu a consolidação da questão ambiental para impor uma nova ordem, verifica-se que dominar as fontes de recursos naturais foi uma estratégia para manter os países do Sul, ditos na época de Terceiro Mundo, na situação em que estavam: como fornecedores de matéria prima. Na época, o que valia era se apropriar de reservas de petróleo. Mas como seria possível apropriar-se de fontes de água, se não havia crise da água na década de setenta? Então foi necessário gestar essa idéia ao longo do tempo e, por meio da suposta crise, anunciar que a água está acabando, como aconteceu em 1990, em HAIA. E daí sim, é possível justificar que, por causa disso, é natural que ela entre para o mercado como qualquer outra “comoditie”: petróleo, alimentos etc.

E no que se refere à questão da água, o capital sob a forma de multinacionais aparece como um processo de mudança, uma causa mundial, mas na verdade é o capital que se autovaloriza no processo de circulação (D – M - p - M’ - D’), e através do processo de substantivação, ele começa a ter nome próprio. Essa é a forma pela qual o capital aparece e domina tudo.<sup>44</sup>

Como tudo no capitalismo, as contradições em relação à mercantilização são visíveis, pois enquanto se fala em crise da água doce, que ela vai acabar, há o crescente processo de

---

<sup>41</sup> Ibid.; p. 12.

<sup>42</sup> Ibid.; p. 18 e 19.

<sup>43</sup> MAGDOFF, H. *Apud*. COHEN, B. J. *A questão do imperialismo: a economia política da dominação e da dependência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p.114.

<sup>44</sup> CARCANHOLO, R.; NAKATAMI, P. *O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro*. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 6, 1999.

mercantilização da água, notório e evidente no cenário internacional. Na fala de um superintendente da grande empresa Suez, Gerard Mestrallet, fica evidente o interesse mercantil:

“A água é um produto eficiente, é um produto que normalmente seria gratuito e nosso trabalho é vendê-la. Mas é um produto absolutamente necessário à vida.”<sup>45</sup>

A configuração da Nova Ordem Mundial, através do ambientalismo, fortalece o processo de mercantilização da água doce, justificando-o como “solução” para a crise. Com a idéia de preservação e conservação, nos últimos 15 anos essa tendência é fortalecida por seguidos fatos de que a mercantilização é vista como solução para os problemas ambientais. Tem-se, portanto, um processo de conquista da água doce.

A ideologia ambiental, a qual segue a lógica do capital para difundir uma idéia e conseqüentemente uma política, age através de documentos, conferências; com a água não é diferente.

A questão não é se água tem ou não valor, se é ou não bem econômico, mas a forma como é conduzida tal questão. O capital, enquanto relação social, é representado nesse processo pelos Senhores da Água; são multinacionais que além de lucrar, têm seus interesses defendidos por organizações internacionais como o Conselho Mundial da Água e o Banco Mundial. Aquelas também são chamadas de grandes corporações e “os dois maiores titãs da água” no mundo são a Vivendi Universal que atua em mais de 90 países e a Suez que atua em 130 países, ambas da França. Outras corporações que entram na lista dos Senhores da água são a: Bouygues-SAUR, a RWE-Thames Water, a Bechtel-United Utilities e a Enron-Azurix; e as empresas britânicas neste setor, que possuem alguma expressão no mercado, que são a Severn Trent, a Anglian Water e a Kelda Group. Elas se firmaram na década de oitenta, com as privatizações do governo de Margareth Thatcher.<sup>46</sup>

O que chama a atenção é que as multinacionais citadas anteriormente da primeira e a segunda lista possuem outras importantes atividades industriais que variam de eletricidade e gás até construção e entretenimento. O grande capital da água atua em setores importantes da economia e sua expansão conta com a motivação política dos governos, partidos, instituições financeiras como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, os quais comungam de que o setor da água é um mercado promissor.<sup>47</sup>

---

<sup>45</sup> BARLOW, M.; CLARD, T. *Ouro azul*. São Paulo: M. Books, 2003. p. 106.

<sup>46</sup> Ibid.; p. 128; 129.

<sup>47</sup> Ibid.; p. 129.

Na lógica capitalista, havendo possibilidade de auferir riqueza e obter lucro sobre algo, obviamente este algo será destacado como importante e regulado pelas forças do mercado. Sob a lógica capitalista, tanto os capitalistas como as empresas transnacionais querem, cada vez mais, deter a água porque lucram com ela. Para isso contam com o apoio de organizações internacionais como o Banco Mundial e o Conselho Mundial da Água que deliberaram em favor de seus interesses.

Essa expansão imperialista é “uma nova conquista da água” quanto ao processo de mercantilização que, desde o fim dos anos setenta, foi desenvolvido a partir do que se chamou de (...) *mercantilização, privatização e a integração oligopolista mundial* (...), quanto à água potável, água engarrafada, tratamento de água e bebidas gaseificadas. E (...) *o capital privado está assim solidamente instalado nas esferas de decisão* (...), a partir do que se configurou na década de noventa uma visão de implantação de uma “espécie de estado maior global” da água quando em relação às ações do Conselho Mundial da Água (entre eles multinacionais) e o GWP.

48

Petrella, em seu artigo “A conquista da Água”, coloca que a água enquanto mercadoria tem princípio fundamentado no cenário de mercantilização com (...) *a passagem de uma cultura de direitos a uma lógica de necessidades*. O peso que é dado aos investimentos privados é outro princípio no processo de mercantilização. O Banco Mundial é um grande promotor da idéia, a qual se vê concretizada através de documentos e, com mais força, através de projetos como o de políticas de ajuste estrutural idealizado há 20 anos. O investimento privado é visto como (...) *o motor principal para o desenvolvimento econômico e social* (...), o Estado cria ambiente para o mesmo reduzindo sua ação, abre espaço através dos investimentos públicos. Através da idéia de se pregar a lógica de necessidades, legitima-se a aplicação de recursos privados e a insuficiência dos recursos financeiros públicos, para atender à necessidade crescente de investimentos; abre-se espaço para o financiamento privado, confirmado na conferência da ONU em 2002, de que o recurso privado (...) *reduz pela metade o número de pessoas que não tem acesso à água potável*.

49

Com a política de “Programas de Ajuste Estrutural”, imposta pelas organizações financeiras sexagenárias do Breton Woods, Banco Mundial e FMI, aos países na época tidos como

---

<sup>48</sup>PETRELLA, R. *A nova conquista da água*. Entrevista ao jornal francês Le Monde Diplomatique. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2000-02.a1672>>. Acesso em: 26 dez. 2007.

<sup>49</sup>PETRELLA, R. A conquista da água. In: LE MONDE DIPLOMATIQUE. *A disputa pelo ouro azul*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2003. p. 16-17.

subdesenvolvidos e dependentes, a fim de se obter recursos externos e apoio aos seus projetos econômicos, sociais e ambientais, esses se submetem a tal lógica. Impõe-se a atuação mínima do Estado por meio da privatização de alguns serviços, e a regulação destes vem com a criação de agências, as quais têm uma estrutura menor, com menos pessoas, mas independentes enquanto à tomada de decisões.

No capitalismo não é necessário se apropriar de um território (no sentido de chão), mas da territorialidade, da identidade do local, da suas características locais, para apropriação do que ele possui em termos de recursos naturais. A privatização de serviços e a mercantilização da água doce em garrafas são tendências crescentes e reais. Não precisa necessariamente “tomar posse de um bem” para explorar o que há nele. Ao conseguir concessão de se furar poços, seja por autorização ou licenciamento, se usa aquele recurso da forma que quiser, dependendo da legislação daquele país, estado ou município. No caso das águas subterrâneas, a legislação está em processo de organização, diferente das águas superficiais.

Em tempos que nos EUA, o preço de um galão de água potável supera um galão de petróleo e a indústria da água engarrafada movimentava milhões de dólares, no que se refere a fontes como o Aquífero Guarani<sup>50</sup> não é diferente; a lógica capitalista, através do imperialismo das multinacionais, avança em controlar e repetir ao que já se assistiu na América Latina, pois a “(...) história de subdesenvolvimento da América Latina é a história de desenvolvimento do capitalismo mundial.”<sup>51</sup>

**Abstract:** The present discussion about the crises in water shortage has brought to attention the importance of reservoirs such as the Guarani Aquifer. The environmental debate has arrived as an answer to the questioning of the so called underdeveloped countries to the economical requirements of the 1970's. The same sort of discussion happens with the shortage of sources of drinking water, which serves to justify the commercialization of water. The private enterprises ideas attend to the interests of the capital. In this circumstance, these ideas are disguised as large corporations and they see drinking water as a source of private profit and enrichment either by bottling or offering water services. The Lords of Water, large corporations and multinational companies which are involved with the water sector also play decisive part in the Water World Council and see water as a consumer good. The same group of people that initiated the environmental discussion in the 1970's, searching for a New World Order, are the ones that have given much relevance and sustentation to the discourse of the water shortage crisis. This argument has escalated in the past few decades.

---

<sup>50</sup> *El Acuífero Guaraní: tesoro codiciado en tiempos de sed.* Disponível em:

<[www.clarin.com/diario/2005/09/25/elmundo/i-02415.htm](http://www.clarin.com/diario/2005/09/25/elmundo/i-02415.htm)>. Acesso em: 08 ago. 2007.

<sup>51</sup> GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p.14.

**Key words:** Lords of Water. Drinking water shortage. Multinational. New World Order. Ideology.

## REFERÊNCIAS

ASSMANN, H. Como se interpenetram o Conselho de Relações Exteriores, o Circulo Bildeberg e a Comissão Trilateral. In: \_\_\_\_\_. **A Trilateral: nova fase do capitalismo mundial**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 27-37.

BARLOW, M.; CLARD, T. **Ouro azul**. São Paulo: M. Books, 2003.

BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: BATISTA, P. N. (et al.) **Em defesa do interesse nacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 99-144.

BORIAL, O. **O clube dos ricos**. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2003-11,a781>>. Acesso em: 13 nov. 2007.

CARCANHOLO, R.; NAKATAMI, P. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 264-304, 1999.

CHAUÍ, M. de S. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

CONSELHO MUNDIAL DA ÁGUA. **Visão mundial da água**. Disponível em: <<http://www.worldwatercouncil.org/>>. Acesso em: 25 jan. 2008.

COHEN, B. J. **A questão do imperialismo: a economia política da dominação e da dependência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

EL ACUÍFERO **Guaraní**: tesoro codiciado en tiempos de sede. Disponível em: <[www.clarin.com/diario/2005/09/25/elmundo/i-02415.htm](http://www.clarin.com/diario/2005/09/25/elmundo/i-02415.htm)>. Acesso em: 08 ago. 2007.

EIR-EXECUTIVE INTELLIGENCE REVIEW. **A Máfia Verde: o ambientalismo a serviço do governo mundial**. 3. ed. Rio de Janeiro: EIR, 2001.

ESTULIN, D. **A verdadeira historia do Clube de Bildeberg**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2006.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

HERRERA, R. Existe um 'pensamento único' em economia política. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, ano 6, p. 7-25, 2001.

KUCINSKI, B. **O que são multinacionais**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. 6. ed. São Paulo: Global, 1987. (Coleção Bases nº 23).

MAGDOFF, H. Apud. COHEN, B. J. **A questão do imperialismo: a economia política da dominação e da dependência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.



MICHEO, A. O caso Carter: um fenômeno planejado. In: ASSMANN, H. A **Trilateral**: nova fase do capitalismo mundial. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 17-26.

OEA. **Segundo Diálogo Interamericano sobre Gestión del Agua. Declaración de Buenos Aires y Recomendaciones**. Washington, D.C: OEA, 1996.

PETRELLA, R. A conquista da água. In: LE MONDE DIPLOMATIQUE. **A disputa pelo Ouro Azul. Cadernos Dipló**: Le Monde Diplomatique, nº 3/ 2003. São Paulo: Anita Garibaldi, 2003.

PETRELLA, R. **O manifesto da água**: argumentos para um contrato mundial. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **A nova conquista da água**. Entrevista ao jornal francês Le Monde Diplomatique. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2000-02,a1672>>. Acesso em: 26 dez. 2007.

REBÊLO JÚNIOR, M. **Desenvolvimento sustentável do capital ou regressão do subdesenvolvimento**. 2001.197 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. (versão preliminar).

SHOUP, L. H.; MINTER, W. Rumo à década de 80. In: ASSMANN, H. A **Trilateral**: nova fase do capitalismo mundial. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 45-51.

TAVARES, M. C. O dissenso de Washington. In: BATISTA, P. N. (et al.). **Em defesa do interesse nacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.